

ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DO USO DE METÁFORAS EM UMA INTERAÇÃO ETNOGRÁFICA NO MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA

Viviane de Melo RESENDE
Universidade de Brasília (UnB)

RESUMO

Neste artigo, analiso trechos de uma interação etnográfica com membros do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Distrito Federal. O referencial teórico é o da Análise de Discurso Crítica, e os dados foram gerados aplicando como procedimento a realização de um grupo focal com jovens participantes do Movimento. Para analisar como as participantes da interação constroem sua própria identidade, utilizo a categoria das metáforas conceituais.

ABSTRACT

In this paper, I propose a critical analysis of a focus group corpus, generated in the Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua' (National Street Children's Movement), in Brasília. Critical Discourse Analysis is used as theory and method in the linguistic-discursive analysis. To analyze identification in the corpus, I use conceptual metaphors as a category.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de discurso crítica. Exclusão social. Identidade. Metáfora.

KEY WORDS

Critical discourse analysis., Social exclusion. Identity Metaphor.

Introdução¹

O problema da precarização social no contexto do novo capitalismo é uma preocupação transdisciplinar que tem motivado pesquisadores/as em diversas áreas do conhecimento. A má distribuição de recursos, materiais e simbólicos, e de serviços públicos ultrapassa, nesse sentido, as preocupações disciplinares da Economia e da Política para inspirar trabalhos localizados no âmbito da Ciência Social Crítica (CSC), perspectiva científica que visa intervir ativamente na mudança social, assumindo uma postura democrática liberta do mito da neutralidade científica.

A tradição da prática teórica crítica inspira a Análise de Discurso Crítica (ADC), arcabouço teórico e metodológico para o estudo da linguagem que busca conceitos e categorias na CSC. A partir de uma abordagem da vida social como um sistema aberto composto de práticas e redes de práticas sociais, a ADC entende o discurso como uma dimensão das práticas sociais ao lado de outras dimensões de caráter não-semiótico. De acordo com esses pressupostos, a ADC também propõe um conjunto de métodos para análise de dados linguístico-discursivos capaz de mapear conexões entre escolhas linguísticas de atores sociais e relações de poder que atravessam a sociedade.

Essa perspectiva do discurso na sociedade serve, no trabalho ora apresentado, como referencial para a análise de dados gerados por meio de um grupo focal. A realização de **encontros de grupo focal** foi um dos métodos etnográficos para geração de dados para a tese de doutoramento “Etnografia e Análise de Discurso Crítica: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil”, defendida na Universidade de Brasília (Resende, 2008).²

¹ Trabalho apresentado no V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística, realizado de 28 de fevereiro a 03 de março de 2007 na Universidade Federal de Minas Gerais.

² A tese, defendida em 2008, está disponível na página da Biblioteca Central da Universidade de Brasília ou pelo *link* http://bdt.d.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3617.

O trabalho encontra-se dividido em quatro seções. Na primeira, discuto brevemente as perspectivas teórica e analítica em ADC; na segunda, meu foco volta-se para a caracterização do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; na terceira seção, descrevo o método adotado para a geração dos dados aqui analisados e contextualizo o grupo focal em questão; por fim, apresento uma análise do significado identificacional na instância discursiva, tendo como categoria analítica a metáfora.

1 **Análise de Discurso Crítica**³

Os estudos discursivos têm atraído atenção de pesquisadores/as de diversas áreas da ciência social contemporânea. Segundo Fairclough (2000), esse interesse deve-se, por um lado, a teorias recentes da modernidade, amplamente centradas no papel da linguagem na vida social moderna, e, por outro lado, à “virada linguística na vida social recente” propriamente dita (Fairclough, 2000: 164). Isto é, tais teorias sociais baseadas na linguagem (a chamada virada linguística na teoria social) estão na esteira de um processo concreto vivenciado nas práticas sociais contemporâneas: a vida social é cada vez mais mediada por textos, e o papel de textos na vida social é cada vez mais saliente em todos os campos da atividade humana, como por exemplo a cultura, a política e a economia (Fairclough, 2006).

Embora essas abordagens teóricas da ciência social baseadas na linguagem e no discurso ajudem a iluminar a questão de como a linguagem adquire maior visibilidade nas práticas sociais – sendo, portanto, muito enriquecedoras para a discussão do discurso na sociedade –, não elaboram investigações empíricas dos modos como essa relação discurso/ sociedade se concretiza na prática social (Chouliaraki, 2005). Essa lacuna é superada pela Análise de Discurso Crítica (ADC). A ADC, informada pela ciência social crítica, apresenta um foco mais específico nos modos como a linguagem figura na vida social, e um conjunto de

³ A discussão apresentada nesta seção é aprofundada em meu livro *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares* (Campinas: Pontes, 2009).

métodos para a análise linguística de dados empíricos, entendendo o texto em sentido amplo – escrito, oral, visual – como unidade mínima de análise (Wodak, 2003b).

Ainda que as relações com diversas disciplinas das ciências sociais sejam fundamentais para a constituição da ADC como (inter)disciplina, sua origem identifica-se nos estudos linguísticos, mais especificamente na Linguística Crítica (LC), desenvolvida na década de 1970 na Universidade de *East Anglia* (Wodak, 2003a). Embora Wodak chegue a igualar a LC à ADC, Magalhães (2005: 3) argumenta que “considerar a ADC como uma continuação da LC é uma redução de questões fundamentais que foram explicitadas pela ADC”. Pode-se dizer, então, que a ADC ampliou, em termos de teoria e de aplicação, a tradição de estudos linguísticos a que se filia (Resende & Ramalho, 2006).

Em termos teóricos, a ADC explicita uma diferença notável, em relação à LC, no modo de entender a dialética entre linguagem e sociedade, avanço relacionado à articulação estabelecida com a ciência social recente no que se refere especificamente às teorizações que buscam “a superação da divisão improdutiva entre teorias da estrutura e teorias da ação” (Fairclough, 2000: 170). Para Fowler (2004: 209, grifo meu), um dos fundadores da LC, as representações linguísticas são “*moldadas* por sistemas de valores que estão *impregnados* na linguagem”, ou seja, na perspectiva da LC as representações linguísticas *refletem* as estruturas sociais. Já para a ADC, a relação entre linguagem e sociedade é interna e dialética (Fairclough, 1989), isto é, textos como parte de práticas sociais não apenas recebem informação oriunda das estruturas sociais como também têm efeitos na reprodução/ transformação dessas mesmas estruturas. Por isso relações sociais e identidades apresentam uma “faceta discursiva” (Magalhães, 2004) e são (re)criadas em instâncias discursivas concretas.

Em termos de escopo e aplicação, a ADC acrescentou aos estudos linguísticos um interesse na investigação do aspecto discursivo de práticas problemáticas na vida social contemporânea (Chouliaraki & Fairclough, 1999). Nesse sentido, a “dimensão crítica relaciona a ADC com uma preocupação explícita com o exercício do poder nas relações sociais” (Magalhães, 2005: 6), e uma consequência disso é a incorporação de questões que antes pareciam alheias ao campo da Linguística (Martins, 2005). Uma dessas questões é a exclusão social, a precariedade a que estão expostas tantas pessoas ao redor do mundo, problema que inspira o presente trabalho.

Para dar conta dessa relação com a ciência social crítica em termos teóricos e dessa dimensão crítica assumida em termos práticos – ou seja, para se configurar como uma prática teórica crítica no seio da Linguística –, a ADC busca o conceito de práticas sociais, um dos conceitos basilares da ADC, ao lado do de discurso. Para Fairclough (2000: 167), a análise das práticas sociais constitui um foco “teoricamente coerente e metodologicamente efetivo” porque permite conectar a análise das estruturas sociais à análise da (inter)ação, o que busca superar a já mencionada divisão entre teorias da estrutura e teorias da ação.

Uma característica relevante das práticas sociais é sua articulação em redes relativamente estáveis. As redes de práticas são organizadas nas diversas áreas da vida social, ou campos (Bourdieu & Wacquant, 2005), e tanto a articulação das práticas em redes quanto a organização dos campos são sistemas abertos à mudança social (Fairclough, 2000). Isso porque as pressões pela manutenção das continuidades são parte da luta hegemônica e toda hegemonia é um equilíbrio instável.

A articulação entre as (redes de) práticas assegura que a hegemonia é um estado de relativa permanência de articulações dos elementos sociais, incluído o discurso. Fairclough (1997) define duas relações que se estabelecem entre discurso e hegemonia. Em primeiro lugar, a hegemonia e a luta hegemônica assumem a forma do momento discursivo em interações verbais, por meio da dialética entre discurso

e sociedade – hegemonias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Em segundo lugar, o próprio discurso apresenta-se como uma esfera da hegemonia, sendo que a hegemonia de um grupo é dependente, em parte, de sua capacidade de gerar práticas discursivas que a sustentem.

Uma vez que a hegemonia é vista em termos da permanência relativa de articulações entre elementos sociais, existe uma possibilidade intrínseca de desarticulação e rearticulação desses elementos. Essa possibilidade relaciona-se à ação humana. Para Chouliaraki & Fairclough (1999), a ação representa um artifício potencial para a superação de relações assimétricas.

São os indivíduos, situados em práticas discursivas e sociais, que atuam para a manutenção ou transformação de estruturas sociais – em uma visão dialética da relação entre estrutura e ação. Agentes sociais são socialmente constringidos, mas suas ações não são totalmente determinadas: embora haja constringimentos sociais definidas pelos poderes causais de estruturas e práticas sociais, os/as agentes sociais são dotados/as de relativa liberdade para estabelecer relações inovadoras na (inter)ação, exercendo sua criatividade e modificando práticas estabelecidas. Desse modo, a importância do discurso na vida social transita entre a regulação e a transformação.

Considerando o elemento discursivo, a luta hegemônica pode ser vista como disputa pela atribuição de um *status* universal para determinadas representações particulares, do mundo material, mental e social (Fairclough, 2003). Nessa perspectiva, uma vez que o poder depende da conquista do consenso e não apenas dos recursos para o uso da força, a ideologia tem importância na sustentação de relações de poder. O conceito de hegemonia, então, enfatiza a ideologia no estabelecimento e na manutenção da dominação, pois se hegemonias são relações de dominação baseadas mais no consenso que na coerção, a naturalização de práticas e relações sociais é fundamental para a permanência de articulações baseadas no poder (Thompson, 1995).

Fairclough (2003) propõe uma correspondência entre ação e gêneros, representação e discursos, identificação e estilos – gêneros, discursos e estilos são modos relativamente estáveis de agir, de representar e de identificar, respectivamente. A análise discursiva é um nível intermediário entre o texto em si e seu contexto social – eventos, práticas, estruturas. Então, a análise de discurso deve ser simultaneamente a análise de como os três tipos de significado são realizados em aspectos linguísticos dos textos e da conexão entre o evento social e as práticas sociais, verificando-se quais gêneros, discursos e estilos são utilizados e como são articulados nos textos. Para Fairclough (2000), os conceitos de gênero, discurso e estilo na análise discursiva crítica facilitam o desejável movimento entre a estrutura e a ação, pois são categorias que apontam tanto para as continuidades quanto para as instanciações concretas da interação.

Há três principais tipos de significado que podem ser identificados nos textos: ação, representação e identificação. Em primeiro lugar, a fala e a escrita são modos de ação e de interação, então o discurso figura como parte da ação, em seu significado acional – e os gêneros são formas de (inter)ação. Segundo, o discurso tem importância nas representações do mundo material, mental e social, em seu significado representacional – e podem-se distinguir diferentes discursos representando aspectos do mundo de diferentes perspectivas. Finalmente, a construção da identidade é em parte uma questão discursiva – e o uso da linguagem em seu aspecto identificacional é chamado de estilo. Ação, representação e identificação são significados que estão sempre simultaneamente presentes nos textos, e, embora cada um desses significados delimite categorias de análise linguística específicas, a relação entre eles é dialética, o que implica uma perspectiva social dos textos.

2 Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e protagonismo juvenil

Apesar do estigma que tende a homogeneizar as trajetórias de crianças e adolescentes em situação de risco sob o rótulo ‘meninos/as de rua’,

é de se notar que não há homogeneidade de fatores determinantes. Segundo Araújo (2003: 90), a multiplicidade de fatores desagregadores “se confronta diretamente com o estigma social de meninos e meninas de rua atribuído às crianças e adolescentes que estão nas ruas”.

O primeiro estigma generalizante do senso comum a respeito de ‘meninos/as de rua’ é que seriam crianças abandonadas por suas famílias, crianças sem vínculo familiar. Não obstante, pesquisas demonstram que a maior parte das crianças e adolescentes em situação de risco conserva laços familiares (ver, por exemplo, Silva, 1998). Nesse sentido, Escorel (2003: 157) registra que “os órfãos e abandonados constituem uma pequena parcela”. Embora a desestruturação familiar seja fator relevante para que crianças se submetam à situação de rua, a constatação de que a maioria das crianças nessa situação mantém laços familiares rompe o mito de que seriam crianças abandonadas por suas famílias e aponta os processos que levam à situação de rua como um problema sociofamiliar, pois a exclusão dessas crianças e adolescentes começa com a exclusão econômica de suas famílias.

Embora a Constituição brasileira adote a teoria da proteção integral a crianças e adolescentes – que se define na responsabilização da família, da sociedade e do Estado por sua proteção –, o Estatuto da Criança e do Adolescente é frequentemente desrespeitado, inclusive por falta de conhecimento da sociedade a seu respeito (Melo, 2001). Crianças e adolescentes protegidos/as pelo Estatuto comumente desconhecem seu conteúdo e/ ou não sabem a que órgãos recorrer em caso de desrespeito de seus direitos.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) atua nessa lacuna: busca ampliar o conhecimento de jovens acerca de seus direitos. O foco de ação do Movimento é a conscientização de crianças e adolescentes vítimas de exclusão social, que se encontram em situação de risco devido a sua localização desprivilegiada na distribuição de recursos materiais e simbólicos na sociedade. O conceito de ‘meninos e meninas de rua’ adotado pelo Movimento, então, é amplo: ultrapassa o senso comum de que pertencem a essa categoria apenas crianças e

jovens que vivem nas ruas ou tiram delas seu sustento, para abarcar também crianças e jovens de famílias sócio-economicamente excluídas. Isso porque essas crianças e jovens encontram-se constantemente em situação de risco devido ao contexto de precariedade sócio-econômica em que se inserem.

A organização e a formação de meninos e meninas nessas condições é o projeto essencial do MNMMR. Esse projeto é posto em prática nos núcleos de base onde esses/as jovens “debatem sua condição social de excluídos, adquirem conhecimento e despertam para a consciência de seus direitos, elaborando soluções e alternativas para suas vidas” (MNMMR, 2005). O centro da proposta, pautada no conceito de ‘protagonismo juvenil’, é que por meio da participação ativa o/a adolescente possa envolver-se na solução de problemas reais na comunidade e na sociedade. O que caracteriza o protagonismo juvenil é que o/a jovem emerge como fonte de iniciativa, na medida em que é dele/a que parte a ação; de liberdade, uma vez que na raiz de suas ações está uma decisão consciente; e de compromisso, manifesto em sua disposição de responder por seus atos (Costa, 1998).

No Distrito Federal, o MNMMR atua em núcleos de base, localizados em periferias de Brasília cuja carência de investimento público é notória. Em cada um desses núcleos de base, o Movimento procura manter oficinas de conscientização de crianças e jovens acerca dos direitos que a Lei lhes assegura, a fim de favorecer o pensamento crítico e o protagonismo juvenil. Esse sistema de trabalho funcionou bem enquanto o MNMMR/DF contou com recursos de um projeto intitulado “Organização de Meninos e Meninas”, apoiado financeiramente pelo *Secours Catholique*, organização francesa que financia projetos sociais. A verba proveniente dessa organização era revertida na contratação de educadores/as para atuação nos diversos núcleos. O problema é que há alguns anos esse projeto encerrou-se, e isso, somado a outros fatores limitantes, acarretou uma desestruturação dos núcleos, cujas oficinas passaram a ser dirigidas e executadas por jovens líderes comunitárias que, na infância e adolescência, fizeram parte do Movimento, e na juventude

passaram a atuar como duplicadoras de conhecimento, recebendo bolsas de incentivo pelo trabalho. A atuação dos núcleos, por falta de uma coordenação criteriosa do trabalho das jovens, entrou em crise, e a própria existência do Movimento foi posta em risco.

3 Pesquisa participativa e o grupo focal

A pesquisa de que este artigo é um recorte é de caráter participativo (Demo, 2004), o que implica o envolvimento dos/as participantes na configuração da pesquisa e a atenção, por parte da pesquisadora, à agenda de interesses do grupo que colabora com o processo de pesquisa. Discussões acerca de pesquisas engajadas têm favorecido métodos colaborativos de pesquisa, em que o objetivo do/a pesquisador/a não é apenas pesquisar *sobre* ou *para* sujeitos, mas pesquisar *sobre, para e com* sujeitos participantes da pesquisa (Cameron *et al.*, 1992). Há três princípios que devem ser considerados no desenvolvimento de um projeto de pesquisa colaborativa: (i) o uso de métodos interativos, dialógicos, que são imprescindíveis quando se pretende desenvolver pesquisa dessa natureza; (ii) a abordagem de temas de interesse dos/as participantes, que assegura a incorporação da agenda da comunidade no projeto de pesquisa; (iii) o compartilhamento dos resultados, que garante acesso ao conhecimento especializado e às interpretações geradas pela pesquisa (Cameron *et al.*, 1994).

O método de grupo focal não constava no planejamento inicial da pesquisa, foi inserido por sugestão de uma educadora do MNMMR com a qual tive relação de pesquisa bastante próxima – aqui referida como Júlia.⁴ A educadora percebeu minha preocupação com a desestruturação do MNMMR – como vimos, o Movimento, que tem 20 anos de existência, encontra-se hoje em fase de profunda crise financeira, administrativa, pedagógica e de militância, de acordo com representações de membros da organização – e considerou que uma discussão com meninos/as que passaram pelo Movimento antes desse período de crise seria

⁴ Todos/as os/as participantes da pesquisa são referidos/as por meio de pseudônimos.

interessante para que eu pudesse tomar conhecimento sobre outra fase das atividades do MNMMR/ DF. Como meu projeto tem por base a pesquisa participativa, decidi acatar a sugestão de Júlia e realizei dois encontros de grupo focal, este a que se refere a análise em 7 de abril de 2006 e outro em 14 de abril de 2006. Embora o foco da discussão tenha sido o passado do Movimento, o trecho aqui selecionado para análise não focaliza um período anterior da atuação do Movimento, mas sua ação atual.

Grupo focal define-se como uma técnica de pesquisa que diz respeito à geração de dados “por meio de interação grupal sobre um tópico determinado pelo/a pesquisador/a” (Morgan, 1996: 130). O método de grupo focal, então, localiza a interação em uma discussão em grupo que é a fonte dos dados. A vantagem do grupo focal sobre a entrevista individual é justamente a interação: por meio do grupo de discussão é possível captar pontos de instabilidade e discordância, negociação de significados, liderança. Gaskell (2005) chama atenção para a necessidade de formulação de um tópico-guia na condução de qualquer tipo de entrevista qualitativa, individual ou em grupo. Para ele, “um bom tópico guia irá criar um referencial fácil e confortável para uma discussão, fornecendo uma progressão lógica plausível através dos temas em foco”. Entretanto, é preciso adotar o tópico-guia, formulado para dar conta das questões de pesquisa, com flexibilidade: algumas alterações de foco podem acontecer devido ao próprio interesse dos/as participantes.

O grupo focal foi realizado em 07 de abril de 2006, na sala do MNMMR na Asa Norte, no prédio da Polícia Rodoviária Federal, onde funciona a sede administrativa do MNMMR/ DF. Participaram do grupo focal quatro ex-meninos/as⁵: Maria, 24 anos, solteira, mãe de duas filhas, ex-menina do Movimento e atualmente coordenadora de um Núcleo de Base do MNMMR/ DF, membro do Comitê da Juventude do Comitê de Direitos Humanos; Amanda, 25 anos, casada, mãe de uma

⁵ A denominação “ex-meninos/as”, no âmbito do MNMMR/DF, diz respeito a jovens que na infância e/ou adolescência foram assistidos/as pelo Movimento, tendo, na juventude, ou abandonado a organização ou assumido outra função junto ao Movimento.

filha, ex-menina do Movimento e atualmente coordenadora de outro Núcleo de Base do MNMMR/ DF; Rafael, 20 anos, solteiro, ex-menino do Movimento, foi jovem infrator e cumpriu medida sócio-educativa no CAJE ⁶, depois passou a viver com sua mãe na periferia de Brasília, mas recentemente foi preso por tráfico de drogas e encontra-se em presídio aguardando julgamento; Alexandre, 16 anos, ex-menino do Movimento e ex-“menino de rua” (viveu na rua dos 11 aos 15 anos), à época da realização do grupo focal vivia com a família no entorno do DF.

O trecho selecionado para este recorte concentra-se nas falas das duas ex-meninas, pois o foco é em sua atuação como protagonistas em suas comunidades.

4 Significado identificacional no recorte: metáforas

Nesta seção, passo a analisar o significado identificacional no recorte do grupo focal realizado na sede do MNMMR/ DF em 07 de abril de 2006. O foco do recorte selecionado para esta análise são as intervenções de Maria e Amanda acerca de seu papel como protagonistas em suas comunidades, em virtude de sua atuação como líderes de núcleos.

Em outra ocasião, debrucei-me sobre esse mesmo recorte a fim de analisar o significado representacional na amostra por meio da categoria *interdiscursividade*.⁷ De acordo com a ADC, a relação entre os três tipos de significado – acional, representacional e identificacional – é dialética, ou seja, os três aspectos não são isolados entre si, e sua distinção é metodológica. Isso significa dizer que os discursos em relação na amostra, identificados na análise interdiscursiva, têm implicações nos modos de (auto)identificação analisados aqui por meio das metáforas presentes na

⁶ CAJE é a sigla para Centro de Assistência Juvenil Especializada, onde jovens infratores/as cumprem medidas sócio-educativas.

⁷ Refiro-me ao trabalho intitulado *O significado representacional em uma interação etnográfica no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*, apresentado no III Encontro Nacional do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste, na mesa redonda *No limiar de novas significações culturais: da repetição e resistência à mudança*, como parte do I Colóquio Regional da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – no Brasil, hospedado pelo III Encontro Nacional do GELCO.

amostra. Por isso, em certas etapas da análise, farei referência a essa análise anterior que, por vezes, informará a análise presente.

No trabalho ora apresentado o foco é o significado identificacional. De acordo com a recontextualização das macro-funções da linguagem de Halliday (1985), sugerida por Fairclough (2003), o significado identificacional está relacionado ao conceito de ‘estilo’. Estilos constituem o aspecto discursivo de identidades, ou seja, relacionam-se à identificação de atores sociais em textos. Como o processo de identificação no discurso envolve seus efeitos constitutivos, Fairclough sugere que a identificação seja compreendida como um processo dialético em que discursos servem como base para a construção de identidades, uma vez que a identificação pressupõe a representação, em termos de presunções acerca do que se é.

Castells (1999: 23) aponta que toda e qualquer identidade é construída, e para ele a principal questão acerca da construção da identidade é “como, a partir de quê, por quem e para quê isso acontece”, uma vez que isso é fundamental para o conteúdo simbólico da identidade. Como a construção da identidade sempre se dá em contextos de poder, Castells propõe três formas de construção da identidade: a *identidade legitimadora* é introduzida por instituições dominantes a fim de legitimar sua dominação; a *identidade de resistência* é construída por atores em situação desprivilegiada na estrutura de dominação e constitui, portanto, foco de resistência; a *identidade de projeto* é construída quando atores sociais buscam redefinir sua posição na sociedade e constitui recurso para mudança social.

Archer (2000) distingue os conceitos de ‘agentes primários’ e ‘agentes incorporados’. Em sua experiência no mundo, as pessoas são posicionadas involuntariamente como agentes primários pelo modo como nascem e sobre o qual são impossibilitadas, inicialmente, de operar escolhas – isso inclui as noções de gênero e classe social. A capacidade de agentes sociais transformarem sua condição nessa posição primária depende de sua reflexividade para se transformarem em agentes incorporados capazes de agir coletivamente e de atuar na mudança social.

Uma das categorias para análise do significado identificacional em textos é a metáfora. Lakoff & Johnson (2002) explicam que as metáforas estão infiltradas na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas no pensamento e na ação. Sendo assim, nosso sistema conceitual é metafórico por natureza. Isso significa que os conceitos que estruturam os pensamentos estruturam também o modo como percebemos o mundo, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas de acordo com nossa experiência física e cultural.

A essência da metáfora “é compreender uma coisa em termos de outra” (Lakoff & Johnson, 2002: 49-50), o que não iguala os conceitos, trata-se de uma estruturação parcial com base na linguagem. Conceitos são metaforicamente estruturados no pensamento e conseqüentemente na linguagem, logo, a metáfora não nasce na linguagem, ela se reflete na linguagem porque existe em nosso sistema conceitual. Lakoff & Johnson (2002) pontuam que a metáfora não tem natureza meramente linguística ou lexical, ao contrário, o pensamento humano é largamente metafórico e a metáfora só é possível como expressão linguística porque existe no sistema conceitual humano.

Podemos compreender aspectos de um conceito em termos de outro, no caso das *metáforas conceituais*, como em “*tempo é dinheiro*”, em que o conceito de tempo é compreendido em termos de dinheiro, o que implica poder-se *investir tempo, gastar tempo, desperdiçar tempo* (Lakoff & Johnson, 2002: 50).⁸

O uso metáforas realça ou encobre certos aspectos do que representam. Fairclough (2001) registra que quando significamos algo por meio de uma metáfora e não de outra estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra, o que sugere filiação a uma maneira particular de representar aspectos do mundo e de identificá-los, daí a importância

⁸ Lakoff & Johnson (2002) também discutem a natureza de metáforas orientacionais, em que conceitos são compreendidos em termos de uma orientação espacial não arbitrária, baseada na nossa experiência física e cultural, e metáforas ontológicas, maneiras de entender eventos, atividades, emoções, idéias como entidades e substâncias. Neste artigo, entretanto, será discutido apenas o mapeamento metafórico em metáforas conceituais presentes na interação analisada.

dessa categoria para a análise do significado identificacional em textos.

Quanto às principais metáforas localizadas na matriz discursiva em análise, há uma metáfora baseada na relação doença/ cura, uma metáfora de construção e uma metáfora de guerra. Vejamos a primeira delas.

- (1) Amanda: *eu vejo esse mundo como um corpo, esse corpo todo tá doente, com a falta de respeito, com a ignorância...*
Maria: *é muito dolorido. É muito dolorido...*
(...)
Amanda: *é um corpo doente e o remédio somos nós...*
Maria: *será que o remédio somos nós?* Eu acho, eu não penso assim...
Amanda: eu também, eu não pensava assim não... tem que pensar assim pra ver se engata, né?
Viviane: qual é o *remédio*, Maria, pra você?
Maria: vixe, eu não encontrei ainda não, sabia? No dia que eu encontrar, *eu vou tentar curar porque...*
Amanda: *o remédio é você, Maria! O remédio é você que vai mudar, é eu, a minha filha, as suas filhas...*

Todos os trechos destacados no exemplo (1) constroem-se com base na metáfora conceitual ‘o mundo é um corpo’ ou ‘o mundo é um ser vivo’. A partir dessa metáfora conceitual, torna-se possível a construção de enunciados baseados na relação doença/ cura desse corpo-mundo. Quem introduz essa metáfora na interação é Amanda, no primeiro trecho do exemplo, em que ela identifica a doença generalizada desse ‘corpo’ (“esse corpo todo tá doente”) como sendo a “falta de respeito” e a “ignorância”. Maria recupera a metáfora em sua resposta: “é muito dolorido”. Por meio desse processo metafórico, a questão social pode ser interpretada como uma doença, e o sofrimento decorrente de problemas sociais pode ser identificado com a dor física. Mais adiante na interação, a metáfora do mundo-corpo é retomada por Amanda, dessa vez na relação doença/ cura: “é um mundo doente e o remédio somos nós”. Maria não adere ao discurso de que a cura é a mobilização social – confirmando o choque entre o discurso do protagonismo juvenil e a possibilidade

real de ação identificada na análise representacional do recorte –, mas recorre à metáfora conceitual (assim como eu mesma o fiz em minha contribuição nesse trecho) quando assume a resolução dos problemas levantados em termos de cura (“no dia que eu encontrar [o remédio] eu vou tentar curar”). Independente da adesão ou não à perspectiva da ação social como ‘remédio’, a metáfora da desigualdade social como doença opera um apagamento da responsabilidade humana sobre esse estado de coisas, uma vez que em nossa cultura a doença é percebida como uma coisa que acontece (‘acomete-nos’), independentemente de nossa vontade ou ação.

Ainda nesse excerto (1) uma outra metáfora pode ser identificada. Trata-se do mapeamento metafórico que compreende a ação social em termos de engrenagem ou máquina. Essa construção de sentido se observa na fala de Amanda: “tem que pensar assim para ver se engata”. Nessa metáfora, a mudança social se compara a uma máquina acionada por um dispositivo de ignição, ou seja, o início da mudança depende do funcionamento de uma engrenagem que, se engatar, poderá desencadear um processo. A ignição em questão nesse caso é a crença na mobilização social (“tem que pensar assim”), modalizada como obrigatoriedade (“tem que”). De acordo com essa construção metafórica, a crença na possibilidade de a mobilização social surtir um efeito material na transformação da sociedade é em si um passo inicial necessário para a concretização dessa crença, é uma ‘idéia-força’ nos termos de Bourdieu (1998).

Outra metáfora presente na amostra é uma metáfora de construção, presente duas vezes na fala de Maria. Os trechos estão destacados nos exemplos (2) e (3).

- (2) Maria: ...mas você acaba sendo referência dentro da sua comunidade e *você não pode desabar* com aquele problema porque *você é o pilar* daquelas pessoas.

- (3) Maria: Eu vou é desistir de tudo, eu vou é acabar com essa ideologia que eu tenho, vou abrir mão e quero entrar no sistema também, quero ganhar dinheiro. (...) só que aí, sabe, você é consciente, aí você, pô, você não vai jogar toda *uma vida construída* fora, né?

No exemplo (2), quando Maria fala da dificuldade em ser “referência” em sua comunidade, ela afirma que não pode “desabar” com os problemas vividos por pessoas de sua cidade que vêm procurá-la pois ela é “o pilar daquelas pessoas”. Nesse caso há uma metáfora de construção – em termos de sustentação – que mapeia sua própria identificação na interação. A comunidade é compreendida, por meio dessa metáfora, em termos de construção ou edifício, e Maria identifica-se como o pilar desse edifício, daí ela não poder “desabar”, visto que sendo ela própria a sustentação da construção-comunidade, ela desabando faria desmoronar todo o prédio. Por meio dessa metáfora, Maria constrói uma imagem do modo como se identifica em relação ao protagonismo, enfatizando o conflito existente na situação de ser um “pilar” que se percebe frágil, que corre o risco de “desabar” face à impossibilidade de resolver os problemas que se colocam.

No trecho em destaque no exemplo (3), a metáfora de construção se presta à significação da própria trajetória de vida. Maria identifica sua atuação enquanto protagonista juvenil como sendo uma construção que resulta no significado de sua vida – é a aquisição da consciência da desigualdade e do desrespeito aos direitos humanos básicos (“só que aí você é consciente”) que a impede de ceder ao desejo de “entrar no sistema” para “ganhar dinheiro” porque, em sua identificação com o discurso do protagonismo e da consciência política, isso representaria abrir mão da ‘construção’ dessa trajetória, “jogar fora” essa “vida construída”.

Por fim, há uma metáfora que mapeia a interpretação da ação social em termos de guerra. Essa metáfora aparece duas vezes na fala de Maria. Na primeira, o mapeamento da metáfora conceitual ‘a mobilização social

é uma guerra’ aparece em uma instância de discurso indireto em que Maria representa a voz de Júlia, uma das educadoras do Movimento:

- (4) Maria: como diz a tia Jú: “você tá muito nova pra pensar assim, eu que já tenho tantos anos de *luta* eu não tô pensando assim”

A significação da mobilização social em termos de guerra é forte no discurso do Movimento, como pude notar em minha experiência com a observação de campo. Essa metáfora é muito produtiva, no sentido de que permite mapear certos aspectos da experiência em termos de ‘inimigos’ ou ‘obstáculos’, ‘derrotas’ ou ‘vitórias’.

Há outra instância na matriz analisada em que aparece uma metáfora de guerra. Observe-se o exemplo (5).

- (5) Maria: porque *é um refúgio... é um refúgio também... o Movimento é um refúgio*. Tem dia que eu não tenho vontade de voltar pra casa. Mas não porque eu não goste da minha família, mas *pra poder não enfrentar a minha realidade*. É muito difícil...

No trecho destacado em (5), nota-se que o mapeamento não é o mesmo. Nesse caso, a metáfora conceitual é mais voltada para a estrutura que para a ação, o que se entende em termos de guerra é a pobreza. Com base na metáfora conceitual ‘a pobreza é uma guerra’, Maria identifica metaforicamente o Movimento como sendo um refúgio, um lugar onde se proteger. A identificação do Movimento como um refúgio é reiterada três vezes, em processos relacionais atributivos, o que denota a força da metáfora no processo identificacional. O mapeamento metafórico da pobreza em termos de guerra é reafirmado no final do excerto, quando Maria afirma preferir permanecer no “refúgio” a ser obrigada a “enfrentar” sua “realidade”.

Embora as duas metáforas de guerra pareçam contraditórias – uma focaliza a ação enquanto a outra focaliza a estrutura –, são na verdade complementares. Se a estrutura é uma guerra, logo, a ação social precisa ser o enfrentamento dessa guerra, a mobilização para vencer os obstáculos impostos pela estrutura. Por isso, quando está na comunidade, Maria sente que enfrenta a “realidade”, que enfrenta a estrutura e seus obstáculos, está na posição de quem é ‘atacado’ nessa guerra, pois está no espaço da estrutura; mas quando está no Movimento, no espaço da ação, no “refúgio” que a ‘defende’ ou a ajuda a ‘defender-se’ da estrutura, assume a posição de quem ‘ataca’, de quem lança mão dos recursos disponíveis para vencer obstáculos. O conflito decorre de que os recursos para a ação não se mostram suficientes para a fazerem chegar à estrutura.

Isso está de acordo com a contradição entre o discurso do protagonismo juvenil e a margem de ação social, forte na amostra. Amanda e Maria identificam-se como representantes em suas comunidades, assumem a liderança – de acordo com o ‘protagonismo juvenil’ trabalhado no espaço do Movimento –, mas não encontram sustentação para sua ação: o MNMMR/DF promove a construção de identidades de resistência/projeto, mas não dá suporte para as jovens lidarem com isso. Observe-se o trecho (6) a seguir.

- (6) Amanda: *é impressionante, aonde que eu iria imaginar que eu seria representante da minha cidade, que eu ia ter uma autonomia tão grande sobre os meninos que eu tenho hoje! Porque os meninos chegam em mim, vão lá... um dia desses eu cheguei pra Júlia aqui, a penúltima vez que eu vim aqui, antepenúltima, eu sentei aqui nessa mesma mesa e chorei tanto porque eu tava... eu falei pra Júlia “Júlia, eu vou pro HPAP” porque um tanto de situação assim inacreditável que você vê... você vê as pessoas passar fome, e você tá na situação não daquele jeito, mas quase, na beiradinha, e as pessoas virem desabafar com você e você se sobrecarregando, se sobrecarregando, e aquilo ficando... aí junta os seus problemas com os problemas dos outros.”*

Amanda se identifica como sendo “representante” de sua cidade, mas se queixa da incapacidade de lidar com a ‘sobrecarga’ que resulta de seu papel. O mesmo se nota no depoimento de Maria transcrito no primeiro trecho do exemplo (2), em que ela se identifica como “referência” e como “o pilar daquelas pessoas”, mas reconhece a fragilidade desse ‘pilar’ que “não pode desabar”. Há um choque entre o desejo de agir para a transformação da comunidade e a falta de recursos para tal – a construção de identidades de projeto é frustrada pela impossibilidade material de realização do projeto. A tensão entre os espaços – espaço da estrutura (agente primário)/ espaço da ação (agente incorporado) – é fonte de crise para as jovens.

5 Considerações finais

De acordo com a ADC, a dialética assegura que hegemonias são articulações em relativa permanência. Os atores sociais não são apenas pré-posicionados pelas estruturas, são capazes de relativa autonomia na realização de sua ação social, de modo que a ação social é estrangida por estruturas mas pode também transformar estruturas, incluídas as identidades e relações sociais. A possibilidade de ação de atores sociais, entretanto, depende de uma série de recursos – materiais e simbólicos – que sustentem sua ação, de modo que uma ação social transformadora de estruturas é tanto mais difícil quanto menos disponíveis são os recursos para a ação.

Entre os recursos simbólicos para a mudança social está a consolidação de identidades de projeto, e a análise das metáforas conceituais no excerto nos ajuda a compreender algumas contradições entre o protagonismo juvenil como discurso e os projetos de ação concreta.

A metáfora da desigualdade social como doença opera um apagamento das responsabilidades políticas e sociais, uma vez que a doença, em nossa cultura, é geralmente vista como algo que simplesmente nos acomete. A metáfora da ação social como ignição, por outro lado, indica que a realização dos projetos de mudança depende de uma atitude dos atores interessados na mudança, deve partir, portanto, da ação protagonista.

O mapeamento metafórico da construção salienta a fragilidade do protagonismo juvenil em situações de carência de condições materiais para a ação concreta, e mostra que a contradição entre discurso e prática é fonte de conflito e sofrimento. O uso dessa metáfora mostra que o próprio protagonismo também é ainda demasiado discursivo e pouco ativo, pois embora as jovens se considerem protagonistas permanecem dependentes do Movimento para a realização de sua mobilização social. Em contrapartida, a identificação de sua vida como uma construção alicerçada na consciência da necessidade de mudança social sinaliza a identidade de resistência e a possibilidade de consolidação da identidade de projeto. Se a estrutura social impõe às jovens da periferia uma guerra diária, elas se mostram ao menos dispostas a buscar caminhos para o enfrentamento dos obstáculos impostos.

Referências

ARAÚJO, Carlos Henrique. **Migrações e vida nas ruas**. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No Meio da Rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 88-120.

ARCHER, Margaret. **Being human: the problem of agency**. Cambridge: University Press, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
_____; WACQUANT, Loïc. **Una Invitación a la Sociología Reflexiva**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2005.

CAMERON, Deborah et al. **Researching Language**. London: Routledge, 1992.

_____. **The relations between researcher and researched: ethics, advocacy and empowerment**. In: D. GRADDOL et al. **Researching Language and Literacy in Social Context**. Clevedon; Philadelphia; Adelaide: The Open University, 1994. p. 18-25.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOULIARAKI, Lillie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COSTA, Antônio Carlos. **Protagonismo Juvenil**. Salvador: Fundação Odebrecht (mimeo), 1998.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Liber Livro, 2004.

ESCOREL, Sílvia. **Vivendo de teimosos**. In: BURSZTYN, M. (org.) **No Meio da Rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond. 2003. p. 139-171.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso, mudança e hegemonia**. In: E. R. PEDRO (org.). **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sócio-política e funcional**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p. 77-104.

_____. **Discourse, social theory, and social research: the discourse of welfare reform**. *Journal of Sociolinguistics*. 2000. 4/2: p. 163-195.

_____. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 64-89.

GHIO, Elsa; FERNÁNDEZ, María Delia. **Manual de Linguística Sistémico Funcional**: el enfoque de M. A. K. Halliday y R. Hasan, aplicaciones a la lengua española. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética Da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955.

HALLIDAY, Mark. **The functional basis of language**. In: BERNSTEIN, Basil (org.). **Class, Codes and Control**. London: Routledge & Kegan Paul. 1973. p. 343-366.

_____. **An Introduction to Functional Grammar**. London: British Library Cataloguing in Publication Data, 1985.

_____. **Context of situation**. In: HALLIDAY, Mark; HASAN, Ruquaiya. **Language, Context and Text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. London: Oxford University Press 1991. p. 3-28.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da Vida Cotidiana**. Campinas: Mercado de Letras. São Paulo: Educ, 2002.

MAGALHÃES, Izabel. **Teoria crítica do discurso e texto**. Linguagem em (dis)curso. 2004. 4/ especial: p. 113-132.

_____. **Introdução**: a Análise de Discurso Crítica. D.E.L.T.A. 2005. 21/ especial: p. 1-10.

MELO, Eduardo. **Aspectos sobre o trabalho forçado e o trabalho infantil no Brasil**. Cadernos do CEAM. Brasília: Núcleo de Estudos da Infância e Juventude, 2001. p. 51-58.

MNMMR. **Organização e formação de meninos e meninas**. Disponível em:

<<http://pages.apis.com.br/mnmmr/port/organiza.html>> Acesso em: 14 fev. 2005.

MORGAN, David. **Focus groups**. Annual Review of Sociology. 22: 1996. p. 129-52.

RESENDE, Viviane de Melo. **Etnografia e Análise de Discurso Crítica**: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. Tese (Doutorado) Linguística. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Rita de Cássia Oenning. **Práticas e representações em torno das relações entre casa e rua**. Santa Catarina:1998. Dissertação (Mestrado). Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina.

SOARES, Laura Tavares. **O Desastre Social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

THOMPSON, John. **Ideologia e Cultura Moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.